

TERMO DE REFERÊNCIA	DOD Nº 09/2025
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. CNPJ nº: 03.183.937/0001-38 Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Bairro: Flores, CEP 69058-795. Cidade: Manaus Estado: Amazonas</p> <p>Equipe de Planejamento da Contratação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Maria Cristina Terço dos Santos da Silva / GERAD• Jean Carlos S de Andrade / GERAD.• Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos / GEPEC	
2. OBJETO	
<p>2.1 Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de Seguro patrimonial para cobertura de bens patrimoniais móveis e imóveis da sede da AFEAM, para o período de 12 (doze) meses.</p>	
2.2 Característica do Objeto	
<p>2.2.1 O Objeto, é serviço considerado de natureza de comum.</p>	
2.3 Subcontratação	
<p>2.3.1 Não será autorizada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste termo de referência.</p> <p>2.3.2 Conforme Acórdão 600/2015 – TCU: é vedado às corretoras a participação como intermediária nas contratações com a Administração Pública, cabendo este papel somente às Seguradoras. Portanto, é vedada a participação de empresas de corretagem na execução dos serviços.</p> <p>2.3.3 Somente poderão participar deste certame as empresas cuja finalidade e ramo de atuação sejam relacionadas ao objeto citado neste e desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos e legislação em vigor.</p>	
3. JUSTIFICATIVA	

3.1 A contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de seguro patrimonial para as instalações prediais, atrelado à necessidade de manter o patrimônio da Agência devidamente protegido, evitando-se possíveis prejuízos para a Administração, o contrato pretendido visa assegurar os supracitados bens públicos.

3.2 Os bens patrimoniais necessitam de proteção, de forma que cabe à Administração preservar, conservar e mantê-los, às suas expensas, inclusive, contra incêndios, raios, explosões, fumaças e outros sinistros, por meio de seguro próprio.

3.3 O seguro ora recomendado visa à indenização ao SEGURADO/CONTRATANTE em caso de sinistro, a fim de que a AFEAM não sofra eventuais prejuízos de natureza patrimonial.

3.4 Visa também, proporcionar à Agência a garantia dos bens segurados e de seu conteúdo, sua reintegração total, por reconstrução ou por indenização integral, causada por um eventual sinistro que venha a ocorrer involuntariamente.

3.4.1 A contratação pretendida é forma eficiente da gestão zelar pela integridade dos bens de titularidade das pessoas jurídicas de direito público, garantindo a recomposição ao erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda patrimonial.

3.5 Portanto, o objetivo que se busca é a criação de uma garantia contra um risco. Essa é a motivação do adquirente dos serviços de seguro: segurança econômica e jurídica.

3.6 Dessa forma, tal contratação se justifica pela necessidade de substituir o contrato vigente e atender à necessidade contínua da manutenção do seguro patrimonial para as dependências da sede da AFEAM e seus bens móveis.

3.7 A despesa dessa contratação está contemplada no Planejamento estratégico da AFEAM na rubrica 8.1.7. 27.00.007 – Seguro.

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

4.1.1. Seguro Patrimonial (patrimônio imobiliário) e conteúdo (patrimônio mobiliário) para Sede da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosões, queda de aeronaves, vendaval e impactos de veículos terrestres.

4.1.2. Para atendimento do objeto a ser contratado será licitado da seguinte forma:



Item	CAT-SERV	Descrição detalhada	Unid Fornec	Qtd Meses
1	13943	SEGURO PATRIMONIAL (imobiliário) e conteúdo (mobiliário) para sede da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM, pelo período de 12 meses, para cobertura, no mínimo, dos seguintes riscos: Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Queda de Aeronaves, Vendaval, Impacto de Veículos Terrestres motorizados (pertencentes e conduzidos por terceiros, causadores do sinistro), Responsabilidade civil de operações, Danos Elétricos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.	Serviço	12

4.1.3. DAS COBERTURAS

4.1.3.1. Valores de coberturas e capitais por sinistro:

	Coberturas Contratadas	Valor de cobertura	FRANQUIA
A	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Queda de Aeronaves	R\$ 10.145.000,00	Sem Franquia
B	Vendaval (modalidade bens ao ar livre)	R\$ 101.000,00	Até 10 % prejuízos indenizáveis
C	Impacto de Veículos Terrestres motorizados (pertencentes e conduzidos por terceiros, causadores do sinistro)	R\$ 35.000,00	Até 10 % prejuízos indenizáveis
D	Responsabilidade civil de operações	R\$ 15.000,00	Até 10 % prejuízos indenizáveis
E	Danos Elétricos	R\$ 65.000,00	Até 10 % prejuízos indenizáveis



4.1.3.2. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, o conjunto, formado por todos eles, será interpretado como uma única “ocorrência”.

4.1.3.3. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável a Contratante, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

4.1.3.4. O seguro contratado deverá ter vigência de 12 (doze) meses contados imediatamente a partir da assinatura do contrato;

4.1.3.5. O seguro deverá possuir assistência 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.3.6. Endereço da Sede da AFEAM: Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus-AM, CEP: 69.058-795;

4.1.3.7. A cobertura deverá abranger os bens móveis que guarnecem a sede da Agência e será considerado para efeito de seguro o seguinte conteúdo: computadores / monitores / notebook e similares, equipamentos de informática, cabos lógicos, mobiliário, quadros elétricos e instalações, CFTV, ar condicionado;

4.1.3.8. A cobertura abrangerá também os bens de almoxarifado, tais como material para escritório, para copa, bens de consumo de informática, dentre outros.

4.1.3.9. Bens não abrangidos pelo seguro: veículos de terceiros de quaisquer espécies, bem como seu conteúdo, peças ou acessórios;

4.1.3.10. O Capital Segurado é de R\$ 10.145.000,00 (dez milhões, cento e quarenta e cinco mil);

4.1.3.11. Atualmente, a AFEAM mantém contrato com a empresa MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A., relativo à prestação de serviço de seguro patrimonial, com término de vigência em 30.4.2025

4.1.3.12. Histórico de Sinistro ocorrido: ANO 2020. Evento: Vendaval - Tombamento (total) de 02 (duas) árvores; Queda de vários galhos, de diversos tamanhos, de várias árvores; Rompimentos de fiações; Desmoronamento de muro lateral (vizinho à Corporação de Bombeiros). Danos materiais em 02 equipamentos de ar condicionados (unidade condensadora), modelo piso teto, de 60k BTUS; Danos materiais em telhados, calhas e em estruturas nos banheiros e danos em parte da telhas e calha, em parede imediatamente vizinha aos referidos banheiros, todos no setor de Crédito; Danos na parede, causando infiltração (setor de Crédito); Danos materiais no telhado do Auditório (desprendimento de algumas telhas); Danos materiais no forro e telhas no servidor de

dados (Setor de Cobrança); Danos materiais na fachada (entrada garagem diretoria); Danos materiais diversos em veículos, de propriedade de empregados e estagiários da Agência.

4.1.4. OUTRAS INFORMAÇÕES PERTINENTES

4.1.4.1. A AFEAM é caracterizada como Administração Pública estadual – Administração indireta, com ramo de atividade voltado ao fomento (análogo: AGÊNCIAS BANCÁRIAS/LOJAS OU COOPERATIVAS DE CRÉDITO/CASAS DE CÂMBIO).

4.1.4.2. A sede da AFEAM, situada na Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus-AM, CEP: 69.058-795, é composta por pavimentos térreos, sendo sua área total (terreno): 17.998,60 m² e área construída: 3.793,51 m²;

4.1.4.3. A sede da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM é composta por anexos administrativos, com pavimentos térreos, as quais caracterizam-se por edificações dentro do terreno, compreendendo 06 anexos (prédio principal, refeitório e gerência de riscos, setor de arquivo, setor de T.I, setor de Contabilidade e RH, Galpão e Almoxarifado), sendo que sua área total do terreno compreende 17.998,60 m² e área construída: 3.793,51 m²., totalmente murada, com concertinas em toda a sua extensão do muro, guarnecidos por serviço de vigilância armada 24 (vinte e quatro) horas, sistema de combate a incêndio composto de extintores de incêndio (não possuem equipamentos denominados sprinkler); possui também sistema de monitoramento de câmera de vídeo (circuito Fechado de Televisão – CFTV); todos os anexos administrativos possuem saídas de emergências; as instalações não possuem elevadores; incluindo ainda, para fins de cobertura, vidros internos, fachada e seu conteúdo móveis, utensílios, equipamentos e grupo gerador de energia elétrica marca Stemac de 450KVA), Condicionadores de ar do tipo Split em todas as salas com potências e marcas diversas;

4.1.4.4. Não existem bens tombados pelo patrimônio histórico entre os imóveis desta Agência de Fomento;

4.1.4.5. A AFEAM não possui veículo de sua propriedade;

4.1.5. DA IMPOSSIBILIDADE DOS BENEFÍCIOS DE ME/EPP

4.1.5.1. Os participantes da futura licitação não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte na Lei Complementar nº 123/06, pois, conforme disposto no inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, transcrito: “§ 4o Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:: ... VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa

econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar”.

4.1.5.2. O certame não poderá envolver ME e EPP com exclusividade, pois o nicho de atuação desse mercado envolve outros tipos societários. Desta forma, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajoso para a Administração Pública ou pode vir a representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

4.1.6. PROCEDIMENTO EM CASO DE SINISTRO

4.1.6.1. A Contratante deve comunicar, de imediato, o sinistro à Seguradora, por escrito, tão logo tenha conhecimento de sua ocorrência (comunicação via mensagem eletrônica - e-mail);

4.1.6.2. O detalhamento do comunicado anterior deve ser enviado à Seguradora, posteriormente, em até 30 (trinta) dias corridos, devendo conter a relação pormenorizada com a indicação dos danos sofridos, valor(es) estimado(s) do(s) prejuízo(s) e a relação dos bens danificados e/ou destruídos;

4.1.6.3. A Contratante não poderá iniciar reparos dos danos sem prévia autorização da Seguradora, salvo para atender interesse público ou evitar a agravação dos prejuízos.

4.1.6.4. Para apuração dos prejuízos indenizáveis, a Seguradora poderá se valer dos vestígios físicos, de informações de inquéritos policiais, da contabilidade e controles da AFEAM, informações de compradores, fornecedores, registros fotográficos ou qualquer outro meio razoável para sua conclusão.

4.1.6.5. Quando necessário, fica o Segurado obrigado a fornecer plantas, desenhos, especificações ou outras informações e esclarecimentos necessários à Seguradora, bem como facilitar o acesso de seus representantes às dependências dos locais onde ocorreu o sinistro para as inspeções e verificações cabíveis.

4.1.6.6. A indenização devida pela Seguradora será paga no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data em que forem cumpridos os trâmites, quanto à solicitação de ressarcimento pelo Contratante, salvo em caso de força maior (ex: diligências).

4.1.6.7. Não ocorrendo o pagamento dentro do prazo, a indenização será atualizada monetariamente pelo índice IGPM/FGV, desde a data da ocorrência do sinistro até a data do efetivo pagamento.

4.1.6.8. Em caso de sinistro, para todos os locais segurados, será admitida a cobrança de

franquia de, no máximo, 10% (dez por cento) dos prejuízos indenizáveis.

4.1.6.9. As franquias estabelecidas acima serão deduzidas dos prejuízos indenizáveis em cada sinistro.

4.2. Informar necessidade de visita técnica:

4.2.1. Não há necessidade de visita técnica para este objeto.

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE

5.1. Modalidade de licitação:

5.1.1. Em razão do objeto ser uma prestação de serviço comum, será adotada a modalidade Pregão Eletrônico para a seleção do prestador do serviço.

5.2. Critério de julgamento das propostas:

5.2.1. O critério de julgamento será o de menor preço global

5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor

5.3.1. O critério de adjudicação será global.

5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços

5.4.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.

5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios

5.5.1. É vedada a participação de consórcios.

5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;

5.6.1. Não é permitida a participação de cooperativas

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, a partir da entrega da apólice, para efeito de verificação da conformidade com as especificações contidas neste Termo, na proposta e na Apólice;

6.2 A gestão e a fiscalização do contrato consistirão na verificação da conformidade da sua correta execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, devendo ser exercida pelo gestor do contrato designado pela AFEAM, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e/ou pelo



fiscal administrativo, cabendo ao responsável legal ou preposto do contratado o acompanhamento dessas atividades;

6.3 Aprovada a apólice, o objeto será recebido definitivamente, mediante ateste aposto no boleto e/ou nota fiscal serviço;

6.4 O recebimento definitivo do objeto se dará através da análise e aprovação dos seguintes documentos:

I. Nota Fiscal correspondente ao serviço prestado.

II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;

III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.

IV. Apresentação das apólices conforme exigências neste Termo de referência.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado para esta licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será liberado após recebimento definitivo da apólice, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, considerando ser a única prática de mercado aceita, conforme pesquisas.

9. REAJUSTE

9.1 Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, nos termos do artigo 190 e ss. do RILC AFEAM, a partir da demonstração analítica devidamente justificada pela CONTRATADA, de todos os componentes dos custos que integram o contrato.

9.2. O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, nos casos de reajuste.

9.3 O interregno mínimo de um ano para o reajuste de cada parcela do contrato será contado a partir da data limite para apresentação das propostas na licitação.

9.4 Os valores contratuais serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

9.5 Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do artigo 200 do RILC AFEAM.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de execução do serviço será o mesmo prazo de vigência contrato, de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 71, da Lei nº 13.303, de 2016.

10.2 A vigência do contrato tem início às 00:00 horas da data da assinatura do contrato firmado e término às 24:00 horas após 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato.

10.3 O seguro contratado deverá ter vigência de 12 (doze) meses contados imediatamente a partir da assinatura de contrato.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

12. AMOSTRAS

12.1 Não se aplica por não haver compatibilidade com o objeto.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Cumprir fielmente o objeto do contrato;

13.2 Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da prestação do contrato, tendo em conta o valor proposto é líquido e certo, não se aceitando acréscimos ou reajustes;

13.3 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

13.4 Registrar a apólice do seguro contratado junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

13.5 Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;



13.6 Emitir as apólices em conformidade com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

13.7 Entregar as apólices na sede da AFEAM, aos cuidados do Setor de Contratos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da sua data de vigência, devendo garantir o valor assegurado neste Termo de Referência, desde o início da vigência da apólice;

13.8 O fato de a Seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não a exime de prestar a cobertura contratada, na ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos;

13.9 Colocar à disposição do Contratante, 24 horas por dia, central de comunicação para aviso de sinistro;

13.10 Em caso de divergências formais / irregularidades entre as coberturas previstas no instrumento convocatório e as constantes da apólice, a Contratada deverá providenciar as devidas correções, podendo ser por meio de endosso, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação, sem prejuízo de quaisquer uma das coberturas exigidas neste Termo de Referência, na ocorrência de sinistros após o início de vigência da apólice definido entre as partes;

13.11 Fornecer no prazo de 10 dias úteis após o pagamento do boleto ou nota fiscal, manual ou documento equivalente, com as informações relativas ao funcionamento do seguro predial, objeto da contratação;

13.12 Responder pela correção da apólice nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

13.13 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo CONTRATANTE;

13.14 Permanecer como única e total responsável perante o CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistros;

13.15 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

13.16 Nomear preposto / responsável para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato, informando todos os meios de contatos existentes;

13.17 Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro objeto deste Termo de Referência.

13.18 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE,



relacionados ao objeto;

13.19 Garantir como “segredos comerciais e confidenciais” quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, entre outros, utilizando-os apenas para as finalidades previstas neste contrato, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros;

13.20 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendências de Seguros Privados.

13.21 Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e/ou imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.

13.22 Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos definidos pela Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que se refere ao tratamento de dados pessoais, à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

13.23 Apresentar, no ato da assinatura do contrato, Registro de Inscrição, bem como Certidões de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

13.24 Prestar quaisquer informações e/ou esclarecimentos pertinentes e necessários à cobertura do seguro, por escrito e no prazo de 72 horas, quando solicitadas pelo gestor do contrato;

13.25 O prazo para as indenizações no caso de ocorrências de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa e necessária para esta finalidade.

13.26 Disponibilizar suporte técnico remoto, à CONTRATANTE, de preferência com representação/escritório na cidade de Manaus, mediante atendimento telefônico ou e-mail eletrônico, que deverá obrigatoriamente ser informado no ato da eventual contratação, para esclarecimentos de dúvidas, resolução de problemas e abertura de atendimento relacionado aos sinistros e ao contrato.

13.27 Fornecer assistência técnica, através de reunião presencial ou online, para o caso de sinistro, acompanhar e prestar orientações para a agilização das indenizações devidas.

13.28 Enviar obrigatoriamente à Contratante, após 30 dias corridos da conclusão da análise das aberturas de SINISTROS (pagos ou negados), informações por ocorrência, contendo data de sinistro, data do aviso, causa e data do pagamento.

13.29 Após contratação, enviar planilha de segurados cadastrados (segurados principais), para atividade de conferência pela Contratante;

13.30 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de



garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.31 Emitir documentos que contenham os dados dos seguros dos respectivos imóveis/endereços e dos respectivos riscos, compreendendo cobertura, valores contratados e vigência do seguro, dentre outros dados importantes à Contratante;

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Permitir e facilitar visita e vistoria dos imóveis e dos bens a serem assegurados;

14.2 Prestar quaisquer informações e/ou esclarecimentos pertinentes e necessários à cobertura do seguro, por escrito e no prazo de 72 horas, quando solicitadas pelo gestor do contrato;

14.3 Tomar todas as providências necessários visando a proteger o bem sinistrado e evitar a agravação dos prejuízos.

14.4 Comunicar à CONTRATADA sobre alterações em relação à inclusão e exclusão de segurados, bem como a ocorrência de sinistro(s).

14.5 Verificar se os objetos entregues pela Contratada atendem todas as especificações contidas neste Termo de Referência;

14.6 Exercer a fiscalização da execução do objeto, na forma prevista na Lei;

14.7 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas no na execução contratual, para que ela adote as providências necessárias e saneadoras, nos termos que dispõe este;

14.8 Efetuar o pagamento em favor da Contratada, nas condições e no prazo estabelecidos pelas normas legais vigentes e / ou contrato;

14.9 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo, que porventura venham a ocorrer.

14.10 Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação;

14.11 Acionar a CONTRATADA em hipótese de sinistro;

14.12 Registrar, em caso de sinistro, as ocorrências e obter o respectivo Boletim de Ocorrência Policial.

14.13 Manter atualizados os registros de controle patrimonial de seus bens, colocando-os à disposição da CONTRATADA, para possível verificação, sempre que necessário.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Critérios de Habilitação Jurídica

15.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- IX. Para representação por meio de instrumento de procuração, a empresa com proposta de menor preço deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2. Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1 Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

- I. Portaria, publicada em Diário Oficial ou Atestado, ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a fim de comprovar que a

arrematante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinente ao objeto do certame, conforme descrito neste Termo de Referência.

II. 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica que deverão comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ou seja, deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente do licitante.

- a) Com relação ao prazo de execução dos serviços, deverá ser comprovado que o licitante já executou objeto em contratação semelhante, pelo mesmo prazo de vigência inicial do contrato estipulado em instrumento convocatório, ininterruptos ou não, ou seja, 12 (doze) meses
- b) Com relação ao capital segurado, deverá ser comprovado que o licitante já executou objeto em contratação semelhante, pelo menos 30% do capital segurado exigido neste Termo de referência, ou seja, comprovação de apólice no valor de no mínimo de R\$ 3.043.500,00 (três milhões quarenta e três mil e quinhentos reais).

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se á:

I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação da Declaração de Capacidade Financeira, com a demonstração dos seguintes índices:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso a licitante não atenda mínimo previsto em qualquer dos índices contábeis previstos na letra anterior, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de a 10% (dez por cento), do valor estimado da contratação.

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- IV. Certidão de regularidade, informando que a arrematante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem de estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Contrato, anexo do Edital de Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade para esta contratação por se tratar de serviços de seguro, cujo o objeto se refere a pagamento de indenizações, situação em que tais exigências não são comuns. Dessa forma, entende-se que quaisquer exigências nesse sentido somente serviriam para restringir a competição no certame licitatório.

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa, na forma prevista neste Contrato; e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de

Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

18.5. No caso de inexecução total, incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

18.6. A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

18.6.1. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, incidência de multa 0,5% diária, que não poderá ultrapassar, em seu total, o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

18.6.2. Na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da "Tabela 1 - Grau de infrações", respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na "Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau":

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	04
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais	03
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	02
05	Deixar de zelar pelas instalações da AFEAM utilizadas	03
06	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato	03
07	Retirar das dependências da AFEAM qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato	03
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da AFEAM	02



09	Deixar de atender às demandas e solicitações do AFEAM nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas	01
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE	02
12	Não entregar a amostra do equipamento ou produto, quando solicitado	02
13	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada	04
14	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à AFEAM	04
15	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA



19.1. Não se faz necessária a exigência da garantia desta contratação, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. Não haverá o fornecimento que mão de obra exclusiva na contratação objetivada;

19.1.2. Não se trata de contrato de serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica;

19.1.3. A exigência de garantia neste tipo de serviço poderá onerar desnecessariamente as propostas de preço deste certame.

20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência, referente ao DOD nº 09/2025, está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 23 de janeiro de 2025.

Maria Cristina Terço dos Santos da Silva
Assessora/GERAD
Mat. 318

Jean Carlos Silva de Andrade
Assessor/GERAD
Mat. 334

Ívia Victória M. L. de Mattos
Especialista de Fomento/GEPEC
Mat. 784

De acordo,

Manaus, de de 2025.

Aprovação da área administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇAVES
Gerente da GERAD

Aprovo,

Manaus, de de 2025.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente